

# Discussão a respeito do termo *menor potencial ofensivo* nos delitos inerentes aos Juizados Especiais Criminais

Robério Celestino de Souza\*

## Sumário

**Introdução; 2. Considerações sobre a competência dos Juizados Especiais Criminais; 3. Esclarecimentos sobre o art. 20 da Lei 10.259/2001; 4. A evolução do conceito de *menor potencial ofensivo*; 5. Conexão, continência e a Lei 11.313/2006 – sedimentação da competência dos Juizados Especiais Criminais e do conceito de *menor potencial ofensivo*; 6. Considerações doutrinárias sobre as inovações judicantes com o advento dos Juizados Especiais; Conclusão; Referências bibliográficas; Leis; Artigos**

## Resumo:

O texto trata da competência dos crimes inerentes aos Juizados Especiais Criminais, no que concerne à noção de *menor potencial ofensivo*, inscritos nas legislações que regulamentaram o art. 98, inciso I, da Constituição Federal, especialmente as Leis 9.099/1995, 10.259/2001 e 11.313/2006.

## Introdução

Os juizados especiais, pensados originalmente para acelerar o andamento processual e com atuação em demandas de menor potencialidade, responde, segundo dados estatísticos do Conselho Nacional de Justiça, por mais de 50% dos processos distribuídos em primeira instância.<sup>1</sup> O relatório Justiça em números de 2008 anunciou que, naquele ano, 2,2 milhões de processos foram distribuídos aos juizados especiais e 2,1 milhões à justiça comum.

\* Oficial de Gabinete da Assessoria da Presidência do TRF1ª Região; Graduado em Sociologia pela Universidade de Brasília; Licenciado em Ciências Sociais, também pela UNB; Bacharel em Direito pela Universidade Católica de Brasília; e, Pós-graduado em Direito Processual, pela Universidade da Amazônia – Unama.

<sup>1</sup> In: <[www.cnj.jus.br/index.php?option=com\\_content&view=category&layout=blog&id=206&Itemid=775](http://www.cnj.jus.br/index.php?option=com_content&view=category&layout=blog&id=206&Itemid=775)>

O exame dos dados não denota a pretendida diminuição dos processos que se acumulam na justiça comum. Ao contrário, indica que o modelo informal aplicado nos juizados permitiu que o cidadão alcançasse a estrutura judiciária, até então de difícil e burocratizado acesso, permitindo, desse modo, a inclusão social por meio do acesso à justiça, desiderato perseguido pelo texto constitucional, consoante se vê dos arts. 3º e 5º, XXXV, CF/1988).

Desse modo, entender o *modus operandi* e os conceitos fundamentais dessa estrutura judicante denota importante requisito aos profissionais que atuam nessa seara do judiciário.

Por isso a conveniência de circundar o desenrolar da história legislativa que permeia conceitos essenciais de serem compreendidos nessa esfera judicante – o que se busca no presente texto, tendo em foco a definição de competência dos juizados especiais criminais.

A criação dos juizados especiais é resultado de longo processo de discussão no Congresso Nacional, numa situação em que, preocupados com o longo percurso das demandas ajuizadas em nossos tribunais, os congressistas aviaram meios para acelerar os litígios existentes, com ênfase àqueles de pequeno valor no caso do direito civil ou de menor potencial ofensivo nas infrações atinentes ao direito penal.

Há de se considerar que a *Constituição Cidadã*<sup>2</sup> de 1988, ao exaltar o rol dos direitos individuais e coletivos existentes na sociedade e criar outros tantos, impôs um caráter impulsivo no que se refere às expectativas a direitos fundamentais, inovando de maneira positivada os paradigmas jurídicos então existentes, eis que novos procedimentos seriam necessários para arcar com a demanda judicial que se anunciava.

<sup>2</sup> Expressão utilizada pelo Deputado Ulysses Guimarães, então Presidente da Assembleia Nacional Constituinte, pois entendia que a elaboração da Constituição de 1988 foi imbuída de grande participação popular, produzindo um texto voltado para a realização da cidadania.

Na ocasião, opinou José Afonso da Silva que *estamos diante de uma Constituição não isenta de contradições, às vezes minuciosa excessivamente, mas uma Constituição que se abre para o futuro, com promessas de realização de um Estado Democrático de Direito que construa uma sociedade livre, justa e solidária [...] e assegure o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceito, fundada na harmonia e comprometida com a solução pacífica das controvérsias*.<sup>3</sup>

Assim, diante dessa exaltação de cidadania, teve origem a Emenda Constitucional 22, editada menos de um ano depois da proclamação da Constituição, exatamente em 18 de março de 1999, que acrescentou o parágrafo único ao art. 98 da Carta Política (depois modificado para § 1º, em face da EC 45/2004) e determinou que a União, no Distrito Federal e nos Territórios, e os Estados criariam:

I - juizados especiais, providos por juízes togados, ou togados e leigos, competentes para a conciliação, o julgamento e a execução de causas cíveis de menor complexidade e infrações penais de menor potencial ofensivo, mediante os procedimentos oral e sumaríssimo, permitidos, nas hipóteses previstas em lei, a transação e o julgamento de recursos por turmas de juízes de primeiro grau.

Esse foi o mandamento essencial para dar origem, primeiro, à Lei 9.099, de 26 de setembro de 1995, que disciplinou o funcionamento dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais. Posteriormente, adveio a Lei 10.259, de 12 de julho de 2001, que instituiu os juizados no âmbito da Justiça Federal.

## 2. Considerações sobre a competência dos Juizados Especiais Criminais

Diante deste breve resumo habilitamo-nos melhor para discutir a competência dos juizados especiais, especialmente na esfera criminal, à luz da noção terminológica de *menor potencial ofensivo*.

O art. 3º da Lei 9.099/1995 determina a competência para as causas de caráter cíveis; já a competência criminal está delimitada no art. 60 da mesma norma, que determina que o juizado seja competente para a conciliação, julgamento e execução das infrações penais de menor potencial ofensivo. A norma indica que essas infrações são as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a dois anos (art. 61).

Na esfera federal a Lei 10.259/2001 permite a aplicação, no que couber, dos dispositivos da Lei 9.099/1995. Claramente, ela apenas indica que cabe ao *Juizado Especial Federal Criminal processar e julgar os feitos de competência da Justiça Federal relativos às infrações de menor potencial ofensivo, respeitadas as regras de conexão e continência*. (art. 2º).

É bem verdade que a Lei 10.259/2001 ampliou o conceito de delito de *menor potencial ofensivo* ao considerar nesse rol os crimes a que *a lei comine pena máxima não superior a dois anos, ou multa* (art. 2º, parágrafo único).

Essa assertiva legal proporcionou ampla discussão no meio jurídico a respeito do caráter constitucional da norma, uma vez que a legislação tratou da criação dos juizados especiais na esfera criminal. O debate era para discernir se a citada lei abrangeria, tão somente, os delitos concernentes à esfera criminal de competência da justiça federal ou se esse conceito estender-se-ia aos juizados especiais estaduais.

O Professor André Luiz Nicolitt apresentou em sua obra *Temas controvertidos nos juizados especiais criminais* relevantes argumentos que tratam da questão e trouxe à luz exemplos esclarecedores, no sentido de que é inconcebível permitir a existência de um mesmo delito julgado em juízos distintos em razão apenas do caráter estadual ou federal do ofendido, ou seja, imagine um desacato a um juiz federal e a outro estadual – seria condizente juízos diferentes para examinar o delito?<sup>4</sup>

Esses e outros argumentos de caráter exemplificativos foram suficientes para afastar as suspeitas de inconstitucionalidade da norma e emplacar a Lei 10.259/2001 como o instrumento que alterou a

<sup>3</sup> SILVA, José Afonso. *Curso de direito constitucional positivo*. 22ª edição. São Paulo: Malheiros Editores, 2003, p. 839.

<sup>4</sup> NICOLITT, André Luiz. *Juizados especiais criminais – temas controvertidos*. 2ª ed.. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris. 2004, pp. 44 a 54.

Lei 9.099/1995 e ampliou o alcance da competência dos juizados especiais criminais.

Dáí então, logo se vê que no plano federal seguiam-se as regras estabelecidas para os juizados estaduais no que concerne à questão criminal. Essa é a opinião de Luiz Flávio Gomes ao relatar que *em virtude do disposto no art. 1º da Lei 10.259/2001 não há dúvida de que no âmbito federal os juizados criminais serão regidos pela Lei 9.099/1995*.<sup>5</sup> E complementa: *considerando-se que a Lei 10.259/2001 só cuidou da parte criminal nos dois primeiros artigos, praticamente não existe nenhum conflito entre ela e a Lei 9.099/1995. Dáí se infere que a Lei 9.099/1995 terá ampla incidência nos juizados federais*.

### 3. Esclarecimentos sobre o art. 20 da Lei 10.259/2001

Resta, contudo, outro quesito a ser clareado. É o fato de a Lei 10.259/2001, em seu art. 20, ter determinado que *onde não houver Vara Federal, a causa poderá ser proposta no Juizado Especial Federal mais próximo do foro definido no art. 4º da Lei 9.099, de 26 de setembro de 1995, vedada a aplicação desta Lei no juízo estadual*.

Sobre a questão também é esclarecedora a posição do Professor Nicolitt<sup>6</sup> quando argumenta que o objetivo desse dispositivo foi o de *afastar a possibilidade de se julgar crimes da competência dos juizados especiais federais nos juizados estaduais quando o lugar não for sede de juizado*.

Entende o doutrinador que *nesta hipótese a competência será do juizado federal mais próximo e nunca do juizado estadual*. Essa lógica busca afastar a possibilidade de aplicação analógica do art. 109, § 3º, da Constituição Federal, que permite o julgamento das causas de caráter previdenciário na justiça estadual, ou mesmo, a determinação do art. 27 da Lei 6.368/1976, que concede competência à justiça do estado para julgar os crimes de tráfico internacional quando o município não for sede de vara federal.

<sup>5</sup> GOMES, Luiz Flávio. *Juizados criminais federais, seus reflexos nos juizados estaduais e outros estudos*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002. – (Série: As ciências criminais no século XXI, v. 8), pp. 16 e 17.

<sup>6</sup> Idem, pgs. 54 e 55.

### 4. A evolução do conceito de menor potencial ofensivo

Ciente do arcabouço normativo que disciplina a competência criminal dos juizados especiais criminais resta, ainda, tratar de questão polêmica que é a delimitação do conceito de *menor potencial ofensivo*.

Na literatura de Luiz Flávio Gomes<sup>7</sup> argumenta-se que após as legislações que criaram os juizados especiais e delinearão o conceito de potencial ofensivo, têm-se, no Brasil, cinco tipos de infrações penais, quais sejam: a) infrações penais insignificantes – excluídas da incidência do direito penal; b) infrações penais de menor potencial ofensivo – inerentes às leis dos juizados especiais criminais; c) infrações penais de médio potencial ofensivo – admissível a suspensão condicional do processo; d) infrações penais de elevado potencial ofensivo – atos não regulados por legislação própria; e, e) infrações penais gravíssimas ou de altíssimo poder ofensivo – aplicável regime jurídico especial.

No que concerne aos delitos de menor potencial ofensivo e como resultado analítico das Leis 9.099/1995 e 10.259/2001, as infrações dividir-se-iam em: a) todas as contravenções penais; b) todos os delitos punidos com pena de prisão de até dois anos; c) todas as infrações punidas somente com multa; e, d) todos os crimes punidos com prisão de até dois anos, ainda que cumulativamente com multa.

Entretanto, embora haja um caráter taxativo de delimitar a competência dos juizados especiais criminais pelo limite máximo atribuído ao delito, há de se considerar que essa exegese implica uma condicionante limitadora da análise subjetiva do delito, especialmente quanto ao caráter da razoabilidade e proporcionalidade da pena, questões que devem ser observadas pelo aplicador do direito, ou seja, os delitos apenas em *quantum* inferior a dois anos; superior a este cômputo estaria fora da competência dos juizados especiais criminais, mesmo que após o exame do judiciário a pena fosse estipulada em seu valor menor.

O que se depreende por esse critério matemático é a consequente atuação da estrutura do judiciário em procedimentos nos quais, por um lado, se aplicaria

<sup>7</sup> Luiz Flávio Gomes - Idem, pgs. 23 e 24.

a apenação em situação que poderia ser resolvida pelo critério sumário dos juizados especiais ou, por outro lado, ainda afetaria a estrutura judiciária com o ajuizamento de inúmeros recursos até que se desse o natural reconhecimento da prescrição.

Outra questão - não menos relevante - é saber se o bem jurídico tutelado por legislação especial também estaria adstrito à competência dos juizados especiais quando a pena máxima não ultrapassasse dois anos ou multa.

Evidentemente os direitos protegidos por legislação específica têm um caráter peculiar capaz de justificar norma própria. Assim, é preciso reconhecer que nos delitos que envolvam, por exemplo, os militares - quando o litígio envolver membros da própria corporação - torna-se patente que a demanda seja dissolvida à luz do regime próprio.

No tocante ao art. 94 do Estatuto do Idoso, que estende para quatro anos o limite de aplicação da Lei 9.099/1995, deve-se levar em consideração a especialidade da norma. Até porque o Supremo Tribunal Federal já se manifestou no sentido de que aos crimes previstos na Lei 10.741/2003, cuja pena máxima privativa de liberdade não ultrapasse quatro anos, aplica-se o procedimento sumaríssimo previsto na Lei 9.099/1995, não se admitindo interpretação que permita aplicação benéfica ao autor do crime cuja vítima seja idoso.<sup>8</sup>

Entretanto, há de se considerar que, no caso dos militares, a norma específica visa disciplinar os conflitos de que fazem parte os próprios militares, de forma que não se justifica acionar a tutela especial quando o conflito envolver militar e civil. Quanto ao Estatuto do Idoso, vê-se que a norma não estendeu deliberadamente o cômputo de tempo necessário para que a demanda seja examinada nos juizados especiais, e sim buscou proteger o interesse dos idosos ao apresentar tratamento especial, eis que o tempo, neste caso, é bem jurídico valiosíssimo.

Quanto aos crimes de abuso de autoridade e lesão corporal culposa no trânsito, em que as penas atribuídas, conforme o caso, são suscetíveis à competência dos juizados especiais, não há óbice para que essas questões sejam levadas ao crivo dos juizados,

até porque a essência que circunda a legislação atinente conduz à interpretação de que nos delitos de menor potencial deve-se buscar a conciliação e evitar a aplicação da pena privativa de liberdade.

Esse é o espírito do art. 62 da Lei 9.099/1995, *in verbis*:

O processo perante o Juizado Especial orientar-se-á pelos critérios da oralidade, informalidade, economia processual e celeridade, objetivando, sempre que possível, a reparação dos danos sofridos pela vítima e a aplicação de pena não privativa de liberdade.

Sobre essa questão, é cômico esboçar o pensamento de Mirabete sobre o objetivo da lei dos juizados especiais criminais ao aduzir que *sem abandonar a finalidade do processo (...) deve buscar, sempre que possível, a conciliação ou a transação*. Argumenta que o objetivo primordial da lei é *com um mínimo de formalidades, buscar a paz social, relativamente à prática das infrações de menor gravidade. Para isso se procura compor o dano social resultante do fato, prevenindo-se a reparação imediata do dano, ao menos em parte, com a composição, ou transação, na lei tida como a aceitação pelo autor do fato de penas não privativas de liberdade, como aliás, preconizado na doutrina moderna, que as tem como suficientes para a responsabilidade penal do autor dessas infrações menores quando não indiquem estas periculosidade do agente, tais medidas, antes vedadas na área criminal quanto às ações penais públicas, passaram a ser admitidas pela Constituição Federal nas causas de competência dos Juizados Especiais (art. 98,I).*<sup>9</sup>

Ainda assim, a jurisprudência mantém-se atenciosa no exame do caso concreto, máxime quando a questão envolve crimes de responsabilidade de funcionários públicos (arts. 503 a 512/CPP), crimes contra a honra de competência do juiz singular (arts. 519 a 523/CPP), crimes contra a propriedade imaterial (arts. 524 a 530/CPP), crimes de abuso de autoridade (Lei 4.898/1968), bem como aqueles delitos em que a Constituição Federal preveja prerrogativa de foro.

<sup>8</sup> ADI 3096/DF Relatora Ministra Cármen Lúcia, 19.8.2009.

<sup>9</sup> MIRABETE, Julio Fabbrini. Juizados especiais criminais: comentários, jurisprudência, legislação. 5ª ed. – São Paulo: Editora Atlas, 2002, p. 39.



## 5. Conexão, continência e a Lei 11.313/2006 – sedimentação da competência dos Juizados Especiais Criminais e do conceito de menor potencial ofensivo.

É importante abrir um adendo específico para tratar da questão da conexão e continência nos processos inerentes aos juizados especiais, à vista da Lei 11.313, de 28 de junho de 2006, que alterou a redação dos arts. 60 e 61 da Lei 9.099/1995 e 2º da Lei 10.259/2001, modificando a competência dos juizados especiais e, em consequência, a concepção de menor potencial ofensivo.

As regras de conexão e continência são originalmente disciplinadas pelo regramento inscrito nos arts. 76 a 82 do Código de Processo Penal. Os dispositivos buscam resguardar a unicidade das decisões judiciais, quando existir relação entre os delitos ou entre os envolvidos na ação criminosa. Entende-se que o juízo que guarda maior ressonância gradativa atrai para si a competência para dirimir a demanda.

Entretanto, até a edição da Lei 11.313/2006, o entendimento prevalecente nas infrações inerentes aos juizados especiais era de que no caso de conexão ou continência não se usaria a regra do art. 79 do Código de Processo Penal<sup>10</sup> e deveria ocorrer a separação dos processos. Nesse sentido, avalizou a doutrina de Ada Pellegrini Grinover e outros, *in verbis*:

*Havendo conexão ou continência, deve haver separação de processos para julgamento da infração de competência dos Juizados Especiais Criminais e da infração de outra natureza. Não prevalece a regra do art. 79, caput, que determina a unidade de processo e julgamento de infrações conexas, porque, no caso a competência dos Juizados Especiais é fixada na Constituição Federal (art. 98, I), não podendo ser alterada por lei ordinária.<sup>11</sup>*

<sup>10</sup> O art. 79 do CPP expõe as duas situações excludentes da conexão e continência: I – no concurso entre a jurisdição comum e a militar; e, II – no concurso entre a jurisdição comum e a do juízo de menores. Ressalte-se que, em vista de as demandas tidas como de menor potencial ofensivo e aquelas em tramitação na justiça comum não se enquadrarem em nenhuma das exceções da norma, pairou a discussão sobre qual seria a instância competente para atrair o julgamento da demanda.

<sup>11</sup> Ada Pellegrini Grinover e outros. Juizados especiais criminais: comentários à Lei 9.099, de 26.9.1995.

Esse entendimento se consolidou na jurisprudência dos tribunais, de forma que, a conexão ou continência entre um crime de menor potencial ofensivo, adstrito aos juizados especiais, e outro de competência do juízo criminal comum, resultava em separação do processo para que ambos os juízos competentes pudessem examinar aquilo que era de sua competência. A título de demonstração, veja o julgado abaixo ementado:

*Criminal. Resp. Injúria e calúnia contra Procurador da República. Competência. Conexão. Regra de unidade de processo e julgamento. Inaplicabilidade. Prevalência da regra constitucional. Juizado Especial Criminal. Competência absoluta. Recurso desprovido.*

I - Hipótese em que o recorrido foi denunciado por injúria e calúnia contra Procurador da República, no exercício de suas funções.

II - Havendo conexão ou continência, a regra geral prevista no Código de Processo Penal é a unidade de processos e julgamento perante o juízo prevalente.

III - A competência dos Juizados Especiais, de previsão constitucional, é absoluta.

IV - Os crimes abrangidos pela Lei 10.259/2001, dentre os quais se inclui o delito de injúria, só podem ser processados e julgados perante o Juizado Especial Criminal.

V - No caso de conexão ou continência com qualquer delito de competência do Juizado Especial, não se aplica a regra de unidade de processo e julgamento das infrações previsto no Código de Processo Penal, sob pena de ofensa à regra constitucional de competência.

VI - Recurso desprovido. (RESP 611.718/RS, Rel. Ministro Gilson Dipp, 5ª Turma – unânime. DJU 3/11/2004, p. 235).

A Lei 11.313/2006, no entanto, definiu a questão, ao modificar os arts. 60 e 61 da Lei 9.099/2001, que passou a vigorar com a seguinte redação:

*Art. 60.* O Juizado Especial Criminal, provido por juízes togados ou togados e leigos, tem competência para a conciliação, o julgamento e a execução das infrações penais de menor potencial ofensivo, respeitadas as regras de conexão e continência.

*Parágrafo único.* Na reunião de processos, perante o juízo comum ou o tribunal do júri, decorrentes da aplicação das regras de conexão e continência, observar-se-ão os institutos da

transação penal e da composição dos danos civis. (NR)

*Art. 61.* Consideram-se infrações penais de menor potencial ofensivo, para os efeitos desta Lei, as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a 2 (dois) anos, cumulada ou não com multa.

Também alterou a Lei 10.259/2001, cujo art. 2º passou a vigorar com o seguinte texto:

*Art. 2º* Compete ao Juizado Especial Federal Criminal processar e julgar os feitos de competência da Justiça Federal relativos às infrações de menor potencial ofensivo, respeitadas as regras de conexão e continência.

*Parágrafo único.* Na reunião de processos, perante o juízo comum ou o tribunal do júri, decorrente da aplicação das regras de conexão e continência, observar-se-ão os institutos da transação penal e da composição dos danos civis.

Com a nova orientação da Lei 11.313/2006 ficou claro que não mais se admite o exame do processo por juízes distintos e, quanto ao fato de quem seria competente para julgar a demanda - separadamente, prevalece o critério insculpido no art. 78, inc. III do Código de Processo Penal. Nesse sentido é a orientação emanada no enunciado 10 do Foro Nacional Permanente dos Juizados Especiais: Havendo conexão entre crimes da competência do juizado especial e do juízo penal comum, prevalece a competência deste último.<sup>12</sup>

Dessa forma, entende-se que a partir de então os juízes componentes da justiça comum atuarão também como conciliadores, uma vez que ao examinar os delitos de menor potencial estarão sujeitos à observância do regramento da Lei 9.099/1995, no que toca à busca da composição dos danos causados e à transação penal, respeitando, por óbvio, a condição do réu. É manifesto que, a fim de conduzir com conveniência a instrução penal, o julgador, em regra, busca conciliar às práticas processuais à exigência legal.

Em vista da evolução legislativa, a noção de *menor potencial ofensivo* também foi ampliada até firmar-se em conceito sólido.

Como se viu, a Lei 9.099/1995 originalmente trazia o regramento de que as contravenções penais e os crimes cominados com pena máxima não superior a um ano, excetuados os procedimentos especiais, estaria no rol dos delitos examinados pelos juizados especiais.

A Lei 10.259/2001 normatizou a questão no sentido de que os juizados poderiam examinar crimes cuja pena máxima não fosse superior a dois anos. Esse procedimento foi logo estendido, pela doutrina e pela jurisprudência, também aos procedimentos sujeitos à Lei 9.099/1995.

Com o advento da Lei 11.313/2006 não mais existe divergência quanto a essa questão. Fica claro que todo crime cuja pena máxima seja inferior a dois anos, independente de multa e de seu caráter especial, ou não, é de menor potencial ofensivo e está adstrito à competência dos juizados especiais.

Há de se observar, ainda, quanto à suspensão condicional do processo, situação em que tal benefício não é aplicável em relação às infrações penais cometidas em concurso material, concurso formal ou continuidade delitiva, quando a pena mínima cominada, seja pelo somatório, seja pela incidência da majorante, ultrapassar o limite de um ano, conforme determina a Súmula 243 do Superior Tribunal de Justiça.

Em recente artigo publicado no *site Jus navegandi*, o Professor Luiz Flávio Gomes defende a ideia de que a Lei 11.313/2006 dirimiu as controvérsias existentes quanto à noção dos crimes de menor potencial ofensivo. Relata que *não importa se o crime conta ou não com procedimento especial. Todos, com pena máxima até dois anos, são de menor potencial ofensivo. Crime de imprensa, crime de abuso de autoridade, etc. se a pena não passa de dois anos, é infração de menor potencial ofensivo, independentemente do procedimento ser especial ou não.*<sup>13</sup>

Nesse mesmo sentido veja o avalizamento jurisprudencial:

Com o advento da Lei 11.313, de 28/6/2006, restou alterado o art. 61 da lei 9.099/1995, fixando-se como infração penal de menor potencial ofensivo aquela cuja pena máxima privativa de

<sup>12</sup> Observe que o fato de o juiz da justiça de maior graduação ser o competente para examinar a demanda, isso não implica que o litígio seria analisado somando-se às penas dos delitos diversos. O magistrado deve investigar separadamente cada um dos litígios e proferir a decisão em cada um dos processos.

<sup>13</sup> GOMES, Luiz Flávio. *Lei 11.313/2006: novas alterações nos juizados criminais*. Jus navegandi, Teresina, ano 10, 1113, 19 jul 2006. disponível em: <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=8675>. Acesso em: 7 fev 2007.

liberdade não ultrapasse 2 (dois) anos. (Reclamação 20060020090115RCL DF, Rel. Desembargador Mário Machado, unânime – DJU 22/1/2007, p. 69).

Cominada a pena máxima de dois anos de detenção ao delito tipificado no art. 16 dessa lei, é competente para seu processo e julgamento o juizado especial criminal. a nova redação do art. 61 da Lei nº 9.099/1995, dada pela de 11. 313/6, nenhuma ressalva faz aos casos de procedimento especial previsto em lei. (Conflito de Competência 20060020079784CCP DF, Rel. Desembargador Getúlio Pinheiro, unânime - DJU 19/9/2006, p. 148).

## 6. Considerações doutrinárias sobre as inovações judicantes com o advento dos Juizados Especiais

De tudo que foi dito, não se pode ignorar o caráter inovador da criação dos juizados especiais. O instituto modificou o *modus operandi* da justiça brasileira ao mudar a forma de atuação dos magistrados, funcionários, membros do Ministério Públicos e advogados. A nova concepção adotada pelas Leis 9.099/1995 e 10.259/2001 aproximou o Poder Judiciário da população com procedimentos próprios de oralidade, informalidade, simplicidade, economia processual e celeridade, sempre no intuito de reparar os danos sofridos pelas vítimas e aplicar penas alternativas, dissociadas do caráter manietado das penas privativas de liberdade, numa situação em que autor e réu – intermediados por promotores e advogados – buscam a melhor solução para a dissolução do litígio, norteados por instrumentos reguladores que permitem a composição da triade jurídica na busca da conciliação ou transação, a fim de sanar a mácula provocada pelo comportamento delituoso.

Nessa mesma linha de raciocínio, vale ressaltar o pensamento doutrinário da Professora Ada Pellegrini, em obra compartilhada com Antonio Magalhães Gomes Filho, Antonio Scarance Fernandes e Luiz Flávio Gomes<sup>14</sup>, sobre as inovações dos juizados especiais criminais:

<sup>14</sup> Ada Pellegrini Grinover, Antonio Magalhães Gomes Filho, Antonio Scarance Fernandes e Luiz Flávio Gomes. *Juizados especiais criminais: comentários à Lei 9.099, de 26.09.1995*. 3ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais Ltda, 1999. pp. 51-52.

*(...) com base nas práticas judiciais, que o juiz brasileiro se compenetrar de suas novas funções, adequando-se a elas. O Ministério Público aderiu à Justiça consensual, agindo dentro da lei e apresentando, sempre que possível, suas propostas de transação penal, disposto a discuti-las com o juiz, os conciliadores e a parte contrária. O advogado, cioso dos direitos de defesa, está orientando seu assistido da melhor forma possível, alertando para as consequências da transação, mas sempre com espírito aberto à vontade manifestada pelo autor do fato. As autoridades policiais. Os colaboram com os Juizados, encaminhando-lhes imediatamente os termos de ocorrência e agendando data para a audiência de conciliação. A vítima e seu defensor perceberam que há alternativas à pena privativa da liberdade, igualmente satisfatórias para ela conciliadores, necessariamente imbuídos de espírito público, estão conscientes da relevância social de seu ofício.*

Concluem os doutos doutrinadores inferindo que *o que importa é que já se pode afirmar, numa expressão bem popular, que a nova lei pegou e que a Justiça penal brasileira apresenta hoje uma face diversa, mais humana e menos repressiva, contribuindo para a modernização das instituições e para o desemperramento da máquina judiciária.*

## Conclusão

Não se pode ignorar o caráter inovador proporcionado com o advento das Leis 9.099/1995, 10.259/2001 e 11.313/2006 e a organização dos juizados especiais.

Todavia, as inovações ocorridas com a evolução legislativa, ao tempo em que inspiram a busca de uma resolução rápida e eficaz para o litígio, promovem, também, a possibilidade de consideráveis prejuízos àquele que é acusado na relação processual, uma vez que ao submeter-se à competência dos juizados especiais estará vinculado a um procedimento abreviado e simplificado, como pondera Maria Lúcia Karam.<sup>15</sup>

<sup>15</sup> KARAM, Maria Lúcia. *Juizados especiais criminais – a concretização antecipada do poder de punir*. Editora Revista dos Tribunais Ltda, São Paulo – 2004. A opinião da autora norteia sua obra; veja essa consideração especialmente no capítulo que trata sobre a consentida submissão à pena e a ampliação do poder do estado de punir, pp. 23-51.

Por consequência a Lei 11.313/2006, ao determinar a união dos processos ao juízo de maior graduação, além de provocar fortes suspeitas de afronta ao princípio do juiz natural, impõe ao acusado procedimentos que dificilmente ocorreriam no caso de o processo ser examinado pelos juizados especiais, uma vez que a própria dinâmica da justiça comum dificulta o exercício da informalidade e da celeridade na instrução processual, pois, em vista do princípio da presunção de não culpabilidade do acusado, nada há de concreto no mundo jurídico que implique a obrigação de tratamento diferenciado.

Tais considerações validam-se especialmente para aqueles que, à guisa de um processo judicial mais célere, não se dissociam dos pressupostos de justiça e do direito que cada um possui de ser tratado desigualmente à medida de sua desigualdade.

É salutar e está na ordem do dia a discussão inerente à celeridade da justiça, jungida à inexistência de prejuízos às partes envolvidas. Nessa linha de raciocínio, é plausível a composição de juizados que atuem com isenção e rapidez em demandas de pequena monta, retirando da alçada da estrutura judicante comum processos que tenderiam a se arrastarem por tempo indeterminado na burocracia do Judiciário, tendo presente o arcabouço processualista vigente no País.

Ademais, outra grande questão de caráter jurídico-sociológico, que deve ser levada em consideração, é o fato de esse modelo judicante aproximar, com muito menos obstáculos, o jurisdicionado da estrutura do Poder Judiciário, à medida que o crivo simplificado imposto nessas demandas implica relação direta das partes que compõem a triade jurídica.

## Referências bibliográficas

GOMES, Luiz Flávio. *Juizados criminais federais, seus reflexos nos juizados estaduais e outros estudos*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002. – (Série: As ciências criminais no século XXI; v. 8).

GRINOVER, Ada Pellegrini... [et al.]. *Juizados especiais criminais: comentários à Lei 9.099, de 26.09.1995*. 3ª ed. revista e atualizada. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1999. Outros autores: Antonio Magalhães Gomes Filho, Antonio Scarence Fernandes e Luiz Flávio Gomes.

KARAM, Maria Lúcia. *Juizados especiais criminais: a concretização antecipada do poder de punir*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2004.

NICOLITT, André Luiz. *Juizados especiais criminais, temas controvertidos: transação penal, suspensão condicional do processo, nova definição de crimes de menor potencial ofensivo (Lei nº 10.259/2001), jurisprudência, enunciados consolidados do TJ/RJ, Leis nºs 9.099/1995 e 10.259/2001*. 2ª ed. revista, ampliada e atualizada. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2004.

MIRABETE, Julio Fabbrini. *Juizados especiais criminais: comentários, jurisprudência, legislação*. 5ª ed.. São Paulo: Editora Atlas, 2002.

SILVA, José Afonso da. *Curso de direito constitucional positivo*. 22ª ed., revista e atualizada. São Paulo: Malheiros Editores, 2002.

## Leis

Lei 9.099, de 26 de setembro de 1995.

Lei 10.259, de 12 de julho de 2001.

Lei 11.313, de 28 de junho de 2006.

## Artigos

GOMES, Luiz Flávio. Lei 11.313/2006: novas alterações nos Juizados Criminais. *Jus Navigandi*. Teresina, ano 10, 1113, 19 jul. 2006. Disponível em <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=8675>> Acesso em: 2 set 2009.

Relatório *Justiça em números* de 2008: <[www.cnj.jus.br/index.php?option=com\\_content&view=category&layout=blog&id=206&Itemid=775](http://www.cnj.jus.br/index.php?option=com_content&view=category&layout=blog&id=206&Itemid=775)>